



REITORIA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**Consultoria e apoio técnico extra de especialidades à execução da obra de
construção da 2ª fase da Residência de Estudantes do Pólo da Ajuda da
ULisboa**

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

Processo N° 12.05
Procedimento N° 35/PS/20

Assinado com Assinatura Digital
Qualificada por: ANTÓNIO
MANUEL DA CRUZ SERRA
Universidade de Lisboa
Aprovo.
Data: 12-10-2020 21:32:23

Área do Edificado

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

- Cláusula 1ª Objeto
- Cláusula 2ª Natureza dos trabalhos
- Cláusula 3ª Contrato
- Cláusula 4ª Prazo de vigência do contrato
- Cláusula 5ª Preço base
- Cláusula 6ª Categoria da obra e obrigações do prestador de serviços
- Cláusula 7ª Prazo da prestação do serviço
- Cláusula 8ª Elementos a entregar
- Cláusula 9ª Local de entrega dos elementos a produzir
- Cláusula 10ª Dever de sigilo
- Cláusula 11ª Preço contratual, condições de pagamento e revisão de honorários
- Cláusula 12ª Penalidades contratuais
- Cláusula 13ª Força maior
- Cláusula 14ª Resolução por parte do contraente público
- Cláusula 15ª Resolução por parte do prestador de serviços
- Cláusula 16ª Caução para garantir o cumprimento de obrigações
- Cláusula 17ª Termos de responsabilidade
- Cláusula 18ª Seguros
- Cláusula 19ª Subcontratação e cessão da posição contratual
- Cláusula 20ª Comunicações e notificações
- Cláusula 21ª Contagem dos prazos
- Cláusula 22ª Legislação aplicável
- Cláusula 23ª Foro competente
- Cláusula 24ª Nomeação de Gestor de Contrato

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

- Cláusula 1ª Área de intervenção
- Cláusula 2ª Elementos a fornecer pela Universidade de Lisboa
- Cláusula 3ª Âmbito da prestação de serviços

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1ª OBJETO

1. O presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas a incluir no Contrato relativo ao **Consultoria e apoio técnico extra de especialidades à execução da obra de construção da 2ª fase da Residência de Estudantes do Pólo da Ajuda da ULisboa** a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, **Ajuste Direto**, a adotar ao abrigo da **alínea d) do nº 1 do artº 20 do Código dos Contratos Públicos (CCP)**.
2. O objeto do contrato consiste no apoio técnico ao projeto, código **CPV – 71300000 -1 Serviços de engenharia**.

Cláusula 2ª NATUREZA DOS TRABALHOS

Os serviços a prestar visam o apoio extra dos projetistas à obra, não enquadrável no âmbito da assistência técnica, nomeadamente no que se refere a pequenas alterações ao projeto que se verifiquem, entretanto, ser necessárias para o adaptar à realidade da obra.

Cláusula 3ª CONTRATO

1. Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificado, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A Proposta Adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a Proposta Adjudicada prestados pelo Prestador de Serviços;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e

seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Prestador de Serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4ª PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições do caderno de encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste.

Cláusula 5ª PREÇO BASE

O preço base que a Universidade de Lisboa determinou pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato a celebrar é de **9.680,00€** (nove mil e seiscentos e oitenta euros) e não inclui o IVA.

Cláusula 6ª CATEGORIA DA OBRA E OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. A obra a executar insere-se, na globalidade, na categoria II, nos termos previstos no artigo 11.º do anexo I e no anexo II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação de execução do trabalho em conformidade com a proposta aprovada
3. O prestador de serviços fica, ainda, obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço.

Cláusula 7ª PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Os serviços, objeto do Contrato e a realizar pelo adjudicatário, terão a duração máxima de **11 meses**
2. O prazo indicado conta-se a partir do dia útil, imediatamente a seguir à assinatura do contrato.
3. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da Universidade de Lisboa ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 8ª ELEMENTOS A ENTREGAR

Os relatórios, cálculos e restantes documentos produzidos no âmbito do trabalho a contratar,

nomeadamente peças escritas, desenhadas e registo fotográfico, deverão ser entregues em formato digital editável Word, excel, DWG, etc. e em pdf.

Cláusula 9ª LOCAL DE ENTREGA DOS ELEMENTOS A PRODUZIR

Os elementos a produzir, objeto do contrato, serão entregues nas instalações da Reitoria da Universidade de Lisboa, Área do Edificado dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1649-004 Lisboa ou através de email edificado@reitoria.ulisboa.pt.

Cláusula 10ª DEVER DE SIGILO

1. O Prestador de Serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade de Lisboa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na prestação de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3. Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O Prestador de Serviços responde perante a Universidade de Lisboa pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente aos deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11ª PREÇO CONTRATUAL, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REVISÃO DE HONORÁRIOS

1. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve proceder ao pagamento pontual ao Prestador de Serviços do preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor total da proposta adjudicada será pago em **11 prestações mensais de igual valor**.

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Universidade de Lisboa, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 97.º do Código dos Contratos Públicos.
4. As quantias devidas pela Universidade de Lisboa, nos termos do número anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção da respetiva fatura, a qual deve ser emitida durante os primeiros oito dias de cada mês.
5. Em caso de discordância por parte da Universidade de Lisboa, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Prestador de Serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 4, a fatura será paga através de transferência bancária.
7. O valor dos honorários é fixo, não sendo, em circunstância alguma, objeto de revisão.

Cláusula 12ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a Universidade de Lisboa pode exigir do Prestador de Serviços o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da data e prazo de entrega dos elementos a produzir, calculada da seguinte forma:

$$P = (V \times A) / 500$$

onde:

 - P – Montante da penalidade
 - V – Valor do contrato em atraso
 - A – Número de dias em atraso
 - b) Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) dos honorários vincendos.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Universidade de Lisboa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Prestador de Serviços e as consequências do incumprimento.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Universidade de Lisboa pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de até 20% (vinte por cento)

do valor global do contrato.

4. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
5. Universidade de Lisboa pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Universidade de Lisboa exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;

- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade de Lisboa pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso do Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Pelo atraso na prestação e/ou conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos superior a **45 dias** ou comunicação escrita do Prestador de Serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
 - b) Pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao Prestador de Serviços.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação enviada ao Prestador de Serviços e não determina a repetição das prestações já realizada.
3. O disposto nos números anteriores não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato, o direito ao pagamento das quantias relativas às sanções pecuniárias por atraso e de executar as garantias prestadas pelo adjudicatário.

Cláusula 15ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Prestador de Serviços pode resolver o Contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de **6 meses**, ou o montante em dívida exceda **25 % do preço contratual**, excluindo juros;
2. Nos casos previstos no n.º 1 da presente Cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade de Lisboa, que produz efeitos **30 dias** após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações

deste ao abrigo do Contrato (com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos).

Cláusula 16ª CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 17ª TERMOS DE RESPONSABILIDADE

Nos termos do disposto no artigo 21º da Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, os técnicos responsáveis pelos serviços a contratar devem subscrever e apresentar à entidade adjudicante, aquando da assinatura do contrato, os respetivos **termos de responsabilidade**.

Cláusula 18ª SEGUROS

1. É da responsabilidade do Prestador de Serviços a cobertura, através de contratos de seguros de responsabilidade civil, dos riscos de danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade.
2. O Prestador de Serviços deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada e republicada através da Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, de acordo com o seu artigo 24.º, e demais legislação em vigor à data da celebração do Contrato.
3. A Universidade de Lisboa pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de Serviços fornecê-la no prazo de **5 dias úteis**.

Cláusula 19ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo Prestador de Serviços depende da autorização da Universidade de Lisboa, e rege-se pelo estabelecido no **Capítulo VI - Cessão da posição contratual e subcontratação do Código dos Contratos Públicos**.

Cláusula 20ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Toda e qualquer informação a transmitir ao co-contratante deverá ser endereçada por escrito.
3. Caso se verifique a necessidade de um entendimento verbal de caráter urgente, deve o mesmo ser ratificado por escrito, no prazo máximo de **2 dias úteis**.

4. Qualquer alteração das informações de contato constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21ª CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa. Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, com as alterações, entretanto, introduzidas, e restante legislação aplicável.

Cláusula 23ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24ª NOMEAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP a Entidade Adjudicante designará um gestor responsável pelo contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1ª ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção refere-se à 2ª fase da construção duma residência de estudantes localizada no Pólo da Ajuda da Universidade de Lisboa a qual terá uma capacidade mínima de 307 camas.

Neste Polo Universitário já se encontram, em pleno funcionamento, a Faculdade de Arquitetura, a Faculdade de Medicina Veterinária e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, tendo próximo o Instituto Superior de Agronomia, na Tapada da Ajuda.

A este conjunto de Escolas corresponde uma população escolar de cerca de 5.380 alunos de 1º ciclo, 2.450 alunos de 2º ciclo e 550 alunos de 3º ciclo.

O Polo Universitário da Ajuda compreende ainda as instalações dos serviços de Desporto e Saúde da ULisboa – CEDAR - bem como uma cantina e restaurante.

Cláusula 2ª ELEMENTOS A FORNECER PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA

1. A Universidade de Lisboa garante a entrada nas instalações do edifício dos prestadores de serviços, sempre que necessário.
2. A Universidade de Lisboa disponibilizará a documentação existente e necessária, em suporte digital.
3. A Universidade de Lisboa proporcionará, sempre que possível, apoio ao Prestador de Serviços, promovendo as solicitações por diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo.

Cláusula 3ª ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Na sequência da 2ª cláusula jurídica do caderno de encargos, os serviços a prestar visam o apoio extra dos projetistas à obra, não enquadrável no âmbito da assistência técnica, nomeadamente no que se refere a pequenas alterações ao projeto que se verifiquem, entretanto, ser necessárias para o adaptar à realidade da obra.

Nestes termos, visa também visitas regulares à obra, participação nas reuniões de obra sempre que necessário e o acompanhamento para garantia de adequabilidade do projeto à realidade da intervenção, das exigências regulamentares em vigor e da aplicação dos princípios gerais que orientaram o projeto. Incluem-se, sempre que seja necessário, apresentação de relatórios, cálculos e restantes documentos produzidos no âmbito do trabalho a contratar, nomeadamente peças escritas, desenhadas e registo fotográfico.